

IC - Inquérito Civil 06.2020.00004801-4

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**N. 0001/2023/02PJ/BN**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte, neste ato representado pela Promotora de Justiça, **Marcela Pereira Geller**, doravante designada **COMPROMITENTE**, e **JANIR OENNING**, brasileiro, residente e domiciliado na Estrada Geral São Camilo, município de Grão-Pará/SC, inscrito no CPF n.: 041.620.509-70, doravante nominado **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado do engenheiro Carlos Geraldo Rodrigues Júnior (CREA/SC 075767-7) e do advogado Dr. Jeison Martins, advogado, OAB n. 55.741/SC, com base nas informações constantes dos Autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00004801-4, têm, entre si, justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública visando à proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais

homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 82, VI, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) legitima o Ministério Público a intentar a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais se inclui a defesa do meio ambiente urbano, com vista à sua preservação para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República, preceito reafirmado no Código Civil, em seu art. 1.228, § 1º, segundo o qual o *"direito a propriedade deve ser exercitado em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"*;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade da *"correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental"* é objetiva, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81: *"sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade [...]"*;

**CONSIDERANDO** que a Lei da Mata Atlântica preceitua que *"a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social"* (art. 6º, caput, da Lei n. 11.428/2006);

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, as quais, conforme indica a sua denominação, são caracterizadas, em regra, pela intocabilidade e pela vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal), em seu art. 4º, I, estabelece que são áreas de preservação permanente as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; [...];

**CONSIDERANDO**, por fim, a autorização para lavrar, com os interessados, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, como previsto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985;

## **RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

## **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Este Termo de Compromisso de

Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da atividade exercida na propriedade do compromissário;

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O COMPROMISSÁRIO se obriga a prosseguir com o processo de licenciamento ambiental, cumprindo os termos expostos pelo IMA, e também a submeter ao Órgão Ambiental os seguintes documentos a) Estudo Ambiental Simplificado –EAS (ou documento respectivo que comprove a mitigação dos danos na água e solo atingidos); b) Projeto de Recuperação de área Degradada; c) projeto de manejo de dejetos e animais mortos; e d) demais documentos exigidos pelo Órgão Ambiental;

**Parágrafo Primeiro:** o PRAD será confeccionado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for devidamente oficiado no Procedimento Administrativo que será instaurado para fiscalizar o cumprimento do acordo, devendo ser protocolizado dentro do referido prazo para análise no Órgão Ambiental Estadual, acompanhado de cópia do presente acordo, com a apresentação de cópia nesta Promotoria de Justiça para ciência;

**Parágrafo Segundo:** após a análise da autoridade competente, caso seja necessário adequar o PRAD, o COMPROMISSÁRIO se obriga a cumprir todas exigências feitas pelo Órgão Ambiental, no prazo estipulado por este, bem como, após homologado o projeto, a executá-lo, cumprindo as ações determinadas pelo plano, nos prazos determinados pelo órgão (cronograma);

**Parágrafo Terceiro:** o PRAD que será aprovado pelo Órgão Ambiental integrará este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão;

**Parágrafo Quarto:** o COMPROMISSÁRIO se compromete em comprovar, perante esta Promotoria de Justiça, que apresentou os projetos/documentos exigidos pelo Órgão Ambiental, nos prazos estabelecidos, sempre que lhe for solicitado;

**Parágrafo Quinto:** o COMPROMISSÁRIO se obriga a observar e cumprir as exigências do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD),

promovendo a recuperação integral da área degradada conforme cronograma aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente;

**Parágrafo Sexto:** Para fins de controle do prazo de cumprimento da presente Cláusula, será considerado o cronograma apresentado e aprovado pelo Órgão Ambiental;

**CLÁUSULA TERCEIRA** – As obras e adequação que são tratadas na Cláusula Segunda deverão ser executadas integralmente para a manutenção e adequação das esterqueiras existentes na propriedade;

**Parágrafo primeiro:** considerando que o Compromissário já apresentou junto ao IMA o pedido de licença ambiental de operação corretiva, sendo que o órgão ambiental solicitou a realização de obras de adequação das esterqueiras, é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta dias), prorrogáveis por igual período, para que sejam comprovadas, perante o órgão ambiental e esta Promotoria de Justiça, as adequações solicitadas;

**Parágrafo segundo:** o Compromissário compromete-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação no Procedimento Administrativo que será instaurado para fiscalizar o presente termo, a documentação comprobatória das exigências realizadas pelo IMA, bem como o atual estado de análise do procedimento de licenciamento ambiental.

**CLÁUSULA QUARTA** – O Compromissário deverá promover as demais obras necessárias, determinadas pelo órgão ambiental responsável, para o correto tratamento e destinação dos dejetos e animais mortos, em razão das produções de bovinos e suínos na propriedade, com a devida aprovação dos projetos no órgão ambiental competente;

**CLÁUSULA QUINTA** - Como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos metaindividuais tutelados pelo presente instrumento, o COMPROMISSÁRIO compromete-se a depositar o valor de R\$ 3.000 (três mil reais), em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina - FRBL, CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante depósito via Guia de Recolhimento a ser expedida por esta 2ª Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor será parcelado em 10 (dez) vezes, a serem pagas até o dia 10 de cada mês e cujo pagamento se iniciará a partir da data em que for devidamente notificada a parte no Procedimento Administrativo-PA, que será instaurado após a homologação do arquivamento do inquérito civil;

**Parágrafo Segundo:** O valor foi assim estabelecido levando-se em consideração o que prescreve o artigo 8º, seu parágrafo único e respectivas alíneas, do Assento n. 1/2013/CSMP;

**Parágrafo Terceiro:** Para a comprovação desta obrigação, o Compromissário compromete-se a encaminhar à esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante do pagamento dos boletos, em até 10 (dez) dias após o vencimento de cada um, conforme item acima.

#### **DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER**

**CLÁUSULA SEXTA** - o COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do presente Termo, na obrigação de não fazer, consistente em não promover qualquer alteração da área de preservação permanente, tampouco despejar dejetos das atividades comerciais que promove em área de preservação permanente, córregos ou quaisquer outros locais ambientalmente protegidos, exceto nas hipóteses previstas em lei e observada, quando for o caso, a concessão de prévia licença ambiental devida;

#### **4 – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - em caso de transferência da propriedade ou posse da área, ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, o Compromissário fica obrigado a dar ciência a outra parte do negócio, fazendo constar no contrato particular ou escritura pública as obrigações aqui assumidas e a respectiva multa pelo descumprimento;

**Parágrafo Primeiro:** em caso de transferência da propriedade ou posse da área, de qualquer forma, sem que tenham sido cumpridas todas as demais obrigações assumidas, o Compromissário permanecerá como responsável solidário com o adquirente, possuidor ou detentor, nas obrigações e na multa pelo

descumprimento;

**CLÁUSULA OITAVA** – A fiscalização das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será realizada pelos qualquer dos órgãos ambientais, ou por Técnico Ambiental, mediante elaboração de auto de constatação ou documento similar, e conforme eventuais requisições do Ministério Público;

**Parágrafo Primeiro:** fica, desde já, estabelecido, que poderá ser realizada vistoria *in loco*, a qualquer tempo, por conveniência do Ministério Público ou dos Órgãos Ambientais, independentemente de aviso prévio;

**Parágrafo Segundo:** fica o COMPROMISSÁRIO ciente que eventuais valores despendidos no custeio de perícias realizadas, ainda que para adoção de medidas judiciais, serão ressarcidos por ele ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

## **DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO PRESENTE AJUSTE**

**CLÁUSULA NONA** - em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, o Compromissário estará sujeito, a título de cláusula penal, ao pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devidamente atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, a ser recolhido ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa incidirá de forma independente para qualquer obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas e não exime o Compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida;

**Parágrafo Segundo:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo

extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Terceiro:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

**Parágrafo Quarto:** o valor estipulado na presente cláusula será exigido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o Compromissário constituído em mora com a simples ocorrência do evento;

**Parágrafo Quinto:** em caso de execução judicial do ajuste, o valor da multa será acrescido de juros legais, a partir da assinatura do presente termo;

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas, sem a incidência da multa, a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado pelo Compromissário **previamente ao esgotamento dos prazos estipulados**;

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, no qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do Compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade;



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O presente Ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá prazo indeterminado.

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 e artigo 784, inciso IV, do Código de Processo Civil.

#### **DO ARQUIVAMENTO**

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o Inquérito Civil de Autos n. 06.2020.00004801-4 e por estarem compromissados, firmam em 2 (duas) vias de igual teor, ficando o Compromissário ciente desde já de que será promovido o arquivamento do presente inquérito, o qual será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei nº 7.347/1985.

Braço do Norte, 24 de janeiro de 2023

(documento assinado digitalmente)

**Marcela Pereira Geller**  
**Promotora de Justiça**

**JANIR OENNING**

**Compromissário**

**Carlos Geraldo Rodrigues Júnior**

**CREA/SC 075767-7**

**Testemunha**

**Jeison Martins**

**OAB n. 55.741/SC**